

'Os Guarani-Mbya de Santa Catarina e a Questão Ambiental'

INTRODUÇÃO

Há cerca de cinco mil anos os Guarani migraram da Bacia Amazônica em direção às terras ao sul (Meliá, 1989). A designação "Guarani" (que significa "guerreiros") foi dada pelos jesuítas a certos grupos indígenas da região do Rio da Prata (Schaden, 1974), de onde são provenientes a maioria dos Guarani históricos. Atualmente estão divididos em quatro sub-grupos: Chiriguano, Kayova, Nandeva e Mbya; que habitam o Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Em território brasileiro, vivem nos estados do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Outrora dominavam o litoral sudeste brasileiro de onde foram exterminados pelos europeus durante a colonização.

A "Descoberta das Américas" implicou numa profunda reavaliação da concepção de homem e humanidade, entre os filósofos europeus. Entretanto, muitos atualmente ainda argumentam que os índios são testemunhos de um período passado da história deste continente e que, sendo muito poucos no Brasil, irão logo desaparecer. Outros consideram povos como os Guarani "primitivos" e "inferiores", se comparados com as grandes civilizações da América Latina (Incas, Astecas e Maias). Mesmo estas não conseguiram sobreviver ao violento processo "civilizatório" fomentado pela Europa.

Diante do genocídio que sempre marcou o contato entre índios e brancos, os Guarani tiveram que se adaptar, preservando, porém, importantes elementos de sua cultura e identidade. Isto se dá através da reformulação e controle do acesso de símbolos e valores externos pelos Guarani.

Um dos principais fatores que concorre para reforçar o etnocentrismo é a ignorância quanto às características atuais desses "indígenas" (termo generalizador que carrega alto teor de preconceitos e estereótipos). O pesquisador paraguaio León Cadogan (1949) afirmava que os Guarani, inicialmente, são tão conhecidos que até parece superfluo um estudo a seu respeito; porém, esclarece o autor, "este conhecimento é muito superficial".

Egon Schaden (1963), em artigo sobre os Guarani-Mbya declarou que estamos longe de um conhecimento exaustivo dos vários grupos guarani, quadro que ainda não se modificou. Para este autor é fundamental fomentar pesquisas de campo, pois, "é necessário se destruir o mito de que a sociedade guarani já é bastante conhecida e de insistir na urgência de se retornar a estudos dessa cultura com referência às variantes regionais".

Através de trabalhos anteriores, percebemos a importância da realização de pesquisas junto aos Guarani, especificamente os Mbya, já que desde os trabalhos de León Cadogan, Egon Schaden e Bartolomeu Meliá, até agora, muito pouco foi feito em termos de etnografias sobre este subgrupo, que hoje ocupa majoritariamente o litoral brasileiro.

Este projeto de pesquisa e extensão tem como ponto de partida o interesse do Museu da Universidade Federal de Santa Catarina, em colaborar para o conhecimento maior sobre a cultura Guarani, que não só é um segmento da sociedade catarinense, como faz parte importante da nossa história e da identidade nacional.

UNIVERSO DA PESQUISA

Os Mbya se auto-intitulam "tapeja" (= peregrinos), sendo esta uma das principais características deste grupo, que circula por seu território à procura de parentes e/ou em busca de "tekoá", ou seja, terras onde possam viver conforme seu sistema "teko". A palavra "teko", expressando um profundo senso de singularidade, denota: maneira de ser, cultura, lei, sistema, norma, costume, hábito. "Tekoá" significa terra fértil, com densas florestas e água pura (Meliá, 1989). No sistema taxiológico Guarani podemos encontrar estes e outros importantes termos, que identificam o grupo, delimitam fronteiras étnicas, classificam e organizam seu mundo, construindo uma cosmovisão.

Um grande debate despontou em torno da questão da Terra sem Mal (Yvy Mara Ey, na língua Guarani) o paraíso mítico tupi-guarani. Conforme Montoya, citado por Meliá (1989) o termo significa "solo intacto, de onde não foi retirada a madeira", o que expressa uma classificação eco-ambiental (Begossi, 1993). O Mbya se identificam com as florestas, considerando-as seu habitat, de onde retiram o necessário para sua sobrevivência. Segundo eles, "Nanderu, nosso Deus, deu o mundo para todos. Para o branco deu a cidade, para o Guarani deu a floresta. Nós somos Mbya, somos puro índio do mato" (Litaiff, 1991).

Para estes guarani a Terra (= "Yvy") é um ser vivo ornamentado por árvores e pedras, que são seus pelos e adornos de plumas. Por este motivo condenam radicalmente a exploração comercial dos recursos naturais, a posse (cercas e muros), compra e venda de terras. Se intitulam "os guardiães das florestas", sustentando a sua utilização apenas para subsistência e a realização de rituais religiosos (como o culto dos ossos). Para uma sociedade na qual só são possíveis relações internas de necessária solidariedade, a acumulação e o lucro não têm sentido, pois a natureza proverá os guarani de todas as suas necessidades. Entretanto eles argumentam que atualmente tudo mudou: "Antes não precisava trabalhar tanto para guardar comida, a terra dava tudo,

nunca faltava nada. Hoje o branco cercou a terra e não deixou quase nada pro índio. Agora ele está destruindo tudo. A Terra está envelhecendo" (Litaiiff, 1991).

A devastação das matas tem sido objeto de sérias críticas que os guarani dirigem aos brancos. As queimadas, a contaminação de rios e lagos, a caça intensiva, as atividades madeireiras e mineradoras, a total ocupação das terras pelo gado e latifúndios, estão causando o empobrecimento e a falta de alternativas para um povo agricultor, que hoje é obrigado a transformar seus utensílios em artesanato comercial, sua principal fonte de subsistência. Como consequência a economia de reciprocidade, que os caracteriza, está sendo substituída pelo sistema ocidental de mercado, interferindo nas relações internas e causando desagregação social.

Para os Mbya todos estes fatos demonstram a "inferioridade" dos "jurua" (=brancos), capazes de destruir "sua própria casa". Os índios mais velhos recordam com tristeza de tempos passados quando existiam mais áreas verdes preservadas. Eles afirmam que hoje os brancos estão impedindo os Guarani ao acesso à terra: "Os brancos não devem ter ciúmes dos matos, pois não vamos fazer mal a nós mesmos" (Litaiiff, 1991).

Por buscarem a vida nas florestas, os Mbya sofrem discriminações por outros grupos étnicos com os quais mantêm contato, sendo considerados por estes últimos, "os índios mais inferiores" e os últimos na hierarquia da sociedade nacional. Minorias entre as minorias, paradoxalmente os próprios Mbya manifestam esta mesma visão, reproduzindo os pré-conceitos dos brancos, argumentando que "Deus fez o jurua rico, dono de tudo. Já o índio fez pobre. Nós somos a mais simples naçãozinha de todas" (Litaiiff, 1991). Estereótipos como "índio sujo e vagabundo" totalmente integrados aos valores do mundo dos brancos, também atribuídos a estes guarani, são imagens impregnadas de valores políticos, que implicitamente visam a exclusão de toda e qualquer alteridade.

A população Mbya no Brasil é de cerca de dois mil indivíduos, menos da metade vivendo em postos indígenas (segundo dados da FUNAI), pois, até há poucos anos atrás, não possuíam nenhuma reserva. Desta forma é quase impossível obter dados quantitativos precisos.

Os que vivem aldeados procuram se isolar, buscando o mínimo de contato com brancos e outros índios. Esporadicamente trabalham como empreiteiros em lavouras e outras atividades sazonais. Cultivam pequenas roças de mandioca, milho, feijão e batata-doce, basicamente, para consumo imediato. Todavia, tanto os Mbya quanto a maioria dos Guarani, encontram-se em situação de miséria, pobres e doentes. A falta de terras tem provocado grandes períodos de fome, gerando graves enfermidades e muitos óbitos, principalmente entre a população infantil, reduzindo drasticamente seu contingente demográfico.

Certamente, o problema da saúde está necessariamente ligado à questão da falta de terras. Os Mbya, demonstrando ter consciência disto, declaram, "com tekoa, pode plantar, comer melhor, pegar remédio do mato, ninguém fica doente" (Litaiiff, 1991). Os Mbya possuem um profundo conhecimento das ervas medicinais existentes nas florestas. Entretanto, sem "tekoa", os índios são forçados a recorrerem aos medicamentos ocidentais.

A posse de terras é a questão mais central para os Guarani, significando a satisfação das suas necessidades mais vitais. Conforme

afirmam os Mbya, muitas de suas comunidades estão solicitando o acesso legal às terras que ocupam atualmente, como única alternativa para deter o avanço da sociedade envolvente, numa tentativa de defender seus direitos, sua cultura e suas vidas. No Estado de Santa Catarina foram localizadas oito comunidades guarani (conforme relatórios do CTI e Museu/UFSC), que sofrem grandes pressões, principalmente das firmas madeireiras, especulação imobiliária e grandes latifúndios:


- Bairro Iperoba, norte da Ilha de São Francisco do Sul, 10 km da cidade de São Francisco do Sul e aproximadamente a 45 km de Joinville.
- Br 101, a 10 km de Joinville.
- Bairro Planície Alta, a 11 km do centro do município de Guabiruba, cerca de 18 km da Cidade de Brusque, no Vale do Rio Itajaí.
- Br 101, aproximadamente a 4 km do centro da cidade de Itajaí, na localidade do Rio do Meio.
- Em Pinheiro, no bairro do Espinheirinho, cerca de 7 km do centro de Itajaí.
- Em Biguaçu, distante 22 km de Florianópolis.
- Morro dos Cavalos, município de Palhoça, a 34 km da Capital do Estado.
- Também no município de Palhoça, na localidade do Massiambu, cerca de 37 km de Florianópolis, área criada no início deste ano (1994).

É importante colocar que as palavras Itajaí, Biguaçu, Massiambu e grande parte dos nomes de cidades e pontos geográficos localizados na região Sul e Sudeste, pertencem ao vocabulário guarani e possuem significados que expressam um grande conhecimento da região. A palavra Itaorna, que significa "terra fraca onde não se pode construir", é o nome do local onde está situada a usina nuclear Angra I, (lembrando que o terreno sob a usina cedeu, o que obrigou o governo a gastar milhões na sua recuperação).

Segundo Meliá (1989), a ecologia guarani não se define por seu valor exclusivamente produtivo: "O tekoa significa e produz ao mesmo tempo relações econômicas, relações sociais e organização político-religiosa, essenciais para a vida do guarani...Sem tekoa não há teko".

O ASSENTAMENTO GUARANI-MBYA DO MASSIAMBU - HISTÓRICO

No dia 5 de janeiro de 1994 foram assentadas oito famílias Guarani-Mbya em Massiambu, Município de Palhoça, em área situada no limite do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. Este local é um antigo ponto de referência da cultura Guarani, pois até algumas décadas atrás habitavam a região até serem expulsos pelo avanço da população branca, que hoje ocupa grande parte do parque.



Desde então, muitos desses índios passaram a vagar pelas estradas do Estado à procura de um outro lugar para morar. Não encontrando, passaram a viver à beira da Br-101, sendo um dos vários pontos de parada a periferia da cidade de Palhoça. Sobrevivem basicamente da venda de artesanatos como cestarias de bambu e figuras zoomórficas em madeira, que reproduzem a imagem de animais característicos da Mata Atlântica, demonstrando um grande conhecimento do seu ecossistema. Mesmo sem espaço e condições, mantinham pequenas plantações de milho, mandioca, e criavam algumas galinhas. Pediam esmolas no centro da Capital do Estado, recebendo alguma ajuda de entidades assistenciais.

Em setembro de 1987, a equipe de Arqueólogos do Museu da UFSC realizou pesquisa no sítio arqueológico do Massiambu, encontrando vários fragmentos cerâmicos, um vaso e outros vestígios de uma antiga aldeia Guarani, instalada no local antes do período da colonização. A datação pode ser de 2.000 até 500 anos atrás.

A partir do Projeto "Mbya-guarani", implantado e coordenado por mim no Museu da Universidade Federal de Santa Catarina desde junho de 1992, começou a se esboçar a possibilidade de usufruto da nova área desde então conhecida e avaliada pelos próprios Guarani. Este projeto, iniciado em agosto de 1987, visa o levantamento da situação da população Guarani no litoral catarinense e prevê ainda o assentamento de mais 12 famílias (cerca de 70 pessoas) em mais duas áreas (11 ha e 40 ha) na mesma região. Na ocasião do assentamento, além das lideranças indígenas, representantes da UFSC, FUNAI, Prefeitura Municipal de Palhoça, compareceram o Professor Sílvio Coelho dos Santos, presidente da Associação Brasileira de Antropologia; Otávio Velho, do Museu Nacional e Alcida Rita Ramos, da Universidade de Brasília.

O processo do assentamento foi iniciado em 26 de maio de 1993, num trabalho conjunto entre a Prefeitura de Palhoça, Fórum de Palhoça e a Universidade Federal de Santa Catarina. Em 30 de dezembro do mesmo ano a FUNAI assinou o termo de compromisso, assumindo a responsabilidade pela terra que recebeu uma placa de interdição igual à de outras áreas indígenas no Brasil.

Em todos os Estados que compreendem o território Guarani, encontramos reservas específicas para esta etnia, sendo, até então, a única exceção o Estado de Santa Catarina. Inicia-se para os Mbya a possibilidade do usufruto das terras da Serra do Tabuleiro. Consolidou-se assim, mais uma pequena, porém importante vitória referente ao Capítulo VIII, artigo 231 da Constituição Federal, caminhando-se mais um passo no reconhecimento da diversidade cultural.

DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Como vimos, os Guarani-Mbya se consideram o povo da flores-

ta, sendo a Mata Atlântica seu habitat, região que conhecem imemorialmente. Baseados num conhecimento milenar, os Mbya desenvolveram importantes técnicas de utilização dos recursos naturais, que podem atuar de forma decisiva na recuperação da Mata Atlântica, atualmente em acelerado processo de destruição.

O sistema de classificação Guarani (Noelli, 1992) é extremamente complexo e extenso, contendo centenas de itens relativos aos recursos naturais, como por exemplo: mais de 130 tipos de madeiras e suas diferentes utilizações; 180 tipos de frutos (incluindo o conhecimento das regiões de incidência e época de coleta); mais de 80 tipos de folhas, talos, raízes e sementes e suas diferentes formas de utilização; 26 tipos de corantes; 136 espécies de ervas medicinais e seus respectivos usos etc. (verificar tabelas anexas)

Os órgãos oficiais de proteção ambiental que operam dentro do Parque da Serra do Tabuleiro (IBAMA - FATMA) contam com apenas dois guardas florestais para uma área de 90.000 ha. Considerando seu grande conhecimento da dinâmica das florestas e por se colocarem como seus protetores, os Mbya poderiam: auxiliar no trabalho de proteção da área do parque, orientar a utilização apropriada de seus recursos naturais e participar de programas de recuperação do ambiente que os caracteriza.

Trata-se de um projeto pioneiro que tem como proposta central levantar premissas e analisar critérios utilizados pelos Mbya para o manuseio dos recursos naturais do Parque da Serra do Tabuleiro, inserido na Mata Atlântica. Desta forma, será a primeira vez que uma etnia indígena participará diretamente no trabalho de recuperação de suas terras. Pretendemos também acompanhar o processo de reocupação da área indígena do Massiambu e criação do espaço guarani, "tekoa", pelos Mbya.

OBJETIVOS

1- Geral:

Elaborar uma etnografia dos Mbya-guarani assentados em Massiambu, Município de Palhoça, Santa Catarina, centrada na questão ambiental.

2- Específicos:

I) Levantar premissas e analisar critérios utilizados pelos Mbya para manejo dos recursos naturais do Parque da Serra do Tabuleiro, como parte do complexo Mata Atlântica, localizado nas imediações do assentamento do Massiambu.

II) Acompanhar a ocupação e organização do espaço guarani, "tekoa", pelos índios Mbya de Massiambu.

III) Adquirir equipamentos necessários para a pesquisa, que possibilitem informações audiovisuais, tais como: fotografia, diapositivo, vídeo, gravação audio-cassete etc., visando a criação de arquivos para armazenamento de dados, que ficarão disponíveis no Museu da UFSC para futuras consultas e outras pesquisas.

METODOLOGIA

A observação e a entrevista serão os parâmetros metodológicos e técnicos utilizados como meio de acesso aos dados em campo, apoiados por registro fotográfico, diapositivos e gravações em fitas audio-cassete. Todos os fatos observados em campo serão acompanhados por registro audiovisual, que permitirá uma melhor contextualização do universo analisado.

Os tipos de entrevistas a serem utilizados são as semi-abertas ou semi-dirigidas, tentando, desta forma, manter um diálogo informal com os Mbya, seguindo, todavia, um roteiro preestabelecido, visando maior espontaneidade e objetividade nas respostas. Utilizaremos também gravador audio-cassete nas entrevistas. Neste diálogo com o "outro" buscaremos seu sistema de classificação e os respectivos significados.

Pretendemos acompanhar os Mbya durante as perambulações na floresta, procurando identificar não só o material retirado, como também o local e a técnica de coleta. Posteriormente faremos a classificação biológica, traçando paralelos com a taxionomia guarani. Pretendemos realizar um vídeo mostrando o processo de utilização dos recursos naturais pelos Mbya. Este vídeo divulgará os resultados do projeto, servindo também como material didático para futuros cursos que poderão ser oferecidos às instituições de ensino.

Em publicações do Museu do Índio sobre a Antropologia Vi-

sual, a Etnóloga Cláudia Meneses aponta o importante papel da fotografia e do vídeo, que hoje são cada vez mais utilizados em documentação e estudos científicos, não apenas como mero recurso ilustrativo, mas como autênticos e indispensáveis meios de expressão nos estudos antropológicos. Meneses (1987) afirma que os recursos visuais associados à pesquisas, "...tornam-se instrumentos de importância capital tanto na instrução popular, quanto para recuperação do passado histórico das populações indígenas". Todo o material produzido será devolvido à comunidade Guarani no final da execução do projeto, servindo como um parâmetro de identidade grupal. Este registro visual constituirá também o que podemos chamar de memória da pesquisa, feita de forma democrática pelo e para os índios Mbya e pesquisadores.

Finalmente, é necessário ressaltar que com o crescimento do uso dos meios audio-visuais nos trabalhos científicos surgiram importantes questões, como coloca a Antropóloga Cláudia Fonseca (Boletim da ABA, n. 21, 1994): "Será que, no processo de confecção de um texto visual, a análise antropológica não perde algo de sua especificidade?" A autora afirma que este e outros dilemas emergentes na Antropologia Visual, devem ser enfrentados testando esta via, provocando discussões e assim promover diálogos entre os Antropólogos, seus "informantes" e os demais integrantes da sociedade civil.

*F.polis, 01 de julho de 1994
(ALDO LITAIFF)*

Aldo Litaiiff
Antropólogo do Museu
da UFSC